



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 3, nº 28, março de 2008



Pode um banco ser sustentável?

Gustavo Pimentel ¹

A pergunta do título foi o tema da palestra do vice-presidente de um grande banco internacional para uma platéia de quinhentos jovens, oriundos de oitenta países. O cenário era Belgrado, capital da então Sérvia e Montenegro, apenas quatro anos após o fim da Guerra dos Balcãs. No caminho para o centro de convenções, avistavam-se prédios públicos bombardeados ao lado de hotéis cinco estrelas recentemente construídos. A pergunta-tema da palestra de cinco anos atrás ainda está no ar: qual seria o papel de um banco para a sustentabilidade?

O setor financeiro realmente tem um papel preponderante na economia mundial. “Eles alocam recursos escassos entre os setores e atividades econômicas”, dizia um empolgado asiático naquela palestra, parecendo ter saído direto de sua aula de economia na faculdade. O homem-aranha diria aos bancos: “quem tem um grande poder deve arcar também com uma grande responsabilidade”. De fato, hoje já não se engole mais o discurso das instituições financeiras que se intitulam ‘sustentáveis’ pelo simples fato de usar papel reciclado, ter políticas de diversidade para os funcionários e usar energia renovável nos prédios administrativos. Ainda que sejam ações importantes, que servem de base para entender também seus impactos indiretos.

Quando examinamos o que tem sido feito para diminuir o impacto indireto, deparamos com soluções que podem se aplicar a qualquer setor: políticas de contratação de fornecedores e benefícios para funcionários terceirizados, papel reciclado nos talões de cheque dos clientes, neutralização de carbono nas viagens de avião dos funcionários. Para que a questão semântica pare de atrapalhar o diálogo com o setor financeiro, é necessário ser explícito: sustentabilidade

está ligada ao que a instituição financia (ou investe). Diga-me quem financia, que te direi quem és.

Essa discussão está geralmente ligada ao ‘como fazer’. Os bancos têm desenvolvido políticas que incorporam a análise socioambiental ao risco de crédito. Isso faz com que dimensionem melhor os riscos, mas não os impede de financiar atividades altamente impactantes, desde que o retorno seja adequado. Como já pode ser lido em algumas políticas socioambientais de crédito: “apenas em casos extremos será negado financiamento”. Um viés parecido têm os atuais Princípios do Equador (PE), desde que as ‘salvaguardas’ do PE1 se transformaram em ‘padrões de desempenho’ do PE2. No entanto, já há benchmarks internacionais consistentes para desenvolver tais políticas de forma específica para setores e temas sensíveis, conforme demonstrou o relatório *Mind the Gap do BankTrack*.

Mas é preciso aprofundar a discussão para a linha de ‘o que financiar’. Como instituições que alocam recursos escassos, os bancos devem direcionar suas carteiras para setores e atividades que contribuam para a tão necessária mudança nos padrões de produção e consumo vigentes, rumo à sustentabilidade. ‘O que’ e ‘como’ andam de mãos dadas nesse caso: não adianta ter linha de crédito para reflorestamento se a política geral não veda crédito para atividades que desmatam. É pouco relevante dar alguns milhões para energia eólica se as termelétricas recebem bilhões. Esse tipo de atuação já é percebido como maquiagem verde e cria passivos reputacionais para alguns bancos brasileiros. É o mesmo que financiar os hotéis cinco estrelas para que turistas apreciem a ruína de Belgrado.

¹ Gustavo Pimentel, economista, é Gerente de Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, que representa no Brasil a rede BankTrack.



A verdade por trás da propaganda.

Luciana Graziela Araújo Cuoco ²

O tema Sustentabilidade está em alta, e instituições financeiras, assim como empresas de vários outros setores da economia, esforçam-se para atrelar sua imagem a esse conceito por meio de propagandas e de divulgação de diretrizes de responsabilidade social e corporativa.

Entretanto, quão realmente sustentáveis são as instituições financeiras? Quanto de responsabilidade pelos projetos que financiam, elas estão tomando para si? Critérios referentes às questões social e ambiental são realmente levados em conta no momento de financiar um projeto?

Dois estudos publicados recentemente procuram investigar esse assunto e levam a público verdades e fatos até então não divulgados amplamente.

Em fevereiro deste ano, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) publicou estudo realizado entre junho e novembro de 2007, com os resultados da análise dos questionários aos quais responderam os oito maiores bancos em número de clientes que operam no Brasil. Os temas abordados foram: meio ambiente, consumidores e trabalhadores. O estudo mostra que, em escala de 1 a 5 pontos, nenhuma das instituições chegou a 3 pontos, e a média do setor ficou em torno de 2. A íntegra do documento está no website <<http://www.idec.org.br>>.

Outro estudo – com o título “Segredos dos Bancos – Bancos e suas práticas de investimento aterradoras” (“*Bank Secrets – Banks and their alarming investment practices*”) –, realizado pela *Netwerk Vlaanderen* em parceria com a *BankTrack*, divulgado em dezembro de 2007, joga luz a casos reais em que grandes empresas, financiadas e suportadas por instituições financeiras, exercem atividades que estão na fronteira entre a economia e o mundo do crime.

O documento questiona, entre outros casos, o porquê de uma empresa de mineração tentar achar ouro em área de conflito e, para tanto, trabalhar junto com

uma milícia que é conhecida por cometer assassinatos sistemáticos, saques, estupros e tortura; ou a razão para que uma empresa venda armas a um país devastado por terrível guerra civil; ou ainda o motivo para companhias mineradoras despejarem deliberadamente lixo tóxico em rios que são a única fonte de água potável e de irrigação para a comunidade local.

De acordo com o relatório, a explicação é que os potenciais lucros são considerados mais importantes que as vidas das pessoas.

Foram listadas situações em treze locais onde empresas efetuam ações causadoras de graves danos às pessoas e ao meio ambiente. Entretanto, de acordo com o documento, essas organizações não têm nenhuma dificuldade em conseguir suporte financeiro dos bancos. Não menos que 121 bancos de 24 diferentes países, incluindo bancos situados na Austrália, Canadá, Alemanha, Japão, Holanda, Peru, África do Sul, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e mesmo o Banco Mundial, estão envolvidos nessas operações. Muitas dessas instituições atuam no Brasil. Além disso, surpreendentemente, ou não, o relatório menciona o nome de vários bancos internacionais considerados os mais sustentáveis do planeta.

Deve ficar claro que as atividades financeiras não são neutras! Bancos devem escolher os projetos que financiam, levando em conta que a questão social e ambiental, e não somente o dinheiro e o lucro, devem tomar seu devido e relevante espaço no processo de decisões.

A versão original do documento (em inglês) pode ser encontrada em: <<http://www.banktrack.org/doc/File/banks%20and%20human%20rights/members%20on%20human%20rights/Bank%20Secrets%2011-12-2007.pdf>>.

Se quiser saber mais, acesse o website: <<http://www.banksecrets.be/>>.

Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Deorf)**
Editora Responsável: **Elvira Cruvinel F. Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para gtrja.deorf@bcb.gov.br

² Pesquisadora em sustentabilidade na Austrália. Analista licenciada do Banco Central do Brasil.